



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº <u>403</u> / <u>20</u>
AUTOR: DEPUTADO Anderson Pereira - PROS			
<p>Requer, ao Governador do Estado, extenso ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Estado da Educação -SEDUC, informações e providências quanto à regulamentação da Emenda Constitucional nº 133, de 17 de abril de 2018, a qual <i>“Assegura a atuação profissional de Assistentes Sociais, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e Técnicos em Nutrição no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas”</i>.</p> <p>O Deputado que ao final subscreve, nos termos dos artigos 29, XVIII e XXXVI e 31, § 3º ambos da Constituição Estadual c/c os artigos 67, II; 146, IX; Art. 172 e 179 do Regimento Interno, Requer, ao Governador do Estado, extenso ao Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado da Educação -SEDUC, informações quanto e providências quanto a regulamentação da Emenda Constitucional nº 133, a qual <i>“Assegura a atuação profissional de Assistentes Sociais, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e Técnicos em Nutrição no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas”</i>.</p> <p>Insta frisar que, diante das solicitações da regulamentação da referida Emenda, a SEDUC nos informou, através do Ofício nº 15558/2019/SEDUC-ASRED, de 23 de outubro de 2019, que, em virtude das legislações que regem nosso Estado, estavam em processo de estudos para alteração da Lei Complementar nº 680/12 e seus anexos, para melhor reorganizar o quadro de profissionais que atuam na Educação do nosso Estado, e assim para a realização da Regulamentação e cumprimento total e ideal da Emenda.</p> <p>Deste modo, passados mais de 01 (um) ano da referida resposta, é que solicitamos as informações acerca dos estudos que foram realizados para que a tão esperada regulamentação seja concretizada.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
AUTOR: DEPUTADO Anderson Pereira - PROS			
<p>Destaca-se a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade.</p> <p>Plenário das Deliberações, 04 de dezembro de 2020.</p> <p>Deputado Estadual <u>Anderson Pereira</u> PROS</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO Anderson Pereira - PROS		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,</p> <p>Este Requerimento, com fulcro nos artigos 29, XVIII e XXXVI e 31, § 3º ambos da Constituição Estadual c/c os artigos 67, II 146, IX, 172 e c/c Art. 179 do Regimento Interno, solicita, informações ao Governador do Estado, extenso ao Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado da Educação -SEDUC, informações quanto as medidas adotadas, quanto a regulamentação da Emenda Constitucional nº 133, a qual “Assegura a atuação profissional de Assistentes Sociais, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Nutricionistas e Técnicos em Nutrição no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas”.</p> <p>Portanto, deve-se considerar que é de competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme disposto no artigo 29, XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.</p> <p>Insta frisar que, diante das solicitações da regulamentação da referida Emenda, a SEDUC nos informou, através do Ofício nº 15558/2019/SEDUC-ASRED, de 23 de outubro de 2019, que, em virtude das legislações que regem nosso Estado, estavam em processo de estudos para alteração da Lei Complementar nº 680/12 e seus anexos, para melhor reorganizar o quadro de profissionais que atuam na Educação do nosso Estado, e assim para a realização da Regulamentação e cumprimento total e ideal da Emenda.</p> <p>Outrossim, passados mais de 01 (um) ano da referida resposta, é que solicitamos as informações acerca dos estudos que foram realizados para que a tão esperada regulamentação seja concretizada.</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO Anderson Pereira - PROS		
<p>Deste modo, merece destaque a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade, vejamos:</p> <p><i>Art. 31. [...]</i> <i>§ 3º. A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, <u>implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei</u>, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas. (Grifo nosso)</i></p> <p>Diante do exposto, ante a relevância do pleito requer o apoio dos nobres Pares para o encaminhamento do presente Requerimento.</p> <p style="text-align: right;"></p>			